

AGV Logística S.A.

CNPJ/MF nº 02.905.424/0001-20

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial				Demonstração do Resultado						
Ativo	Nota	2025		2024		Nota	2025		2024	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	7	15.883	38.479	59.017	14	60.666	121.726	32.588	14	60.666
Contas a receber de clientes	8	184.106	373.610	174.104	15	15.254	15.254	—	15	15.254
Tributos a recuperar	9	13.294	36.850	8.838	12	39.455	81.420	35.397	12	39.455
Partes relacionadas	27	13.303	17.874	17.874	16	25.831	57.936	26.108	16	25.831
Despesas antecipadas		7.749	7.749	5.959	17	10.587	25.168	10.359	17	10.587
Outros ativos circulantes		8.609	25.019	3.802	27	—	—	4.223	27	—
Total do ativo circulante		242.944	495.010	269.594	18	288	288	3.576	18	288
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Tributos a recuperar	9	—	—	971	14	—	—	3.228	14	—
Depósitos judiciais		369	369	253	15	16.667	16.667	—	15	16.667
IRPJ e CSLL diferidos	21	28.681	38.708	19.754	19	271.606	271.606	—	19	271.606
Outros ativos não circulantes		—	—	—	12	203.711	242.231	234.657	12	203.711
		—	—	—	17	695	695	—	17	695
		—	—	—	18	361	361	5.888	18	361
		—	—	—	20	2.085	3.894	1.293	20	2.085
Investimentos	10	273.890	232.681	232.681	22	495.125	535.454	245.066	22	495.125
Direito de uso de ativos	12	202.027	275.653	232.681		647.206	837.246	357.317		647.206
Imobilizado	11	98.693	185.874	88.036						
Intangível	13	179.022	219.047	139.052						
		753.632	680.574	459.769						
		782.682	720.656	480.747						
Total do ativo		1.025.626	1.215.666	750.341						
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante										
Fornecedores	14	60.666	121.726	32.588	14	60.666	121.726	32.588	14	60.666
Emprestimos e financiamentos	15	15.254	15.254	—	15	15.254	15.254	—	15	15.254
Passivo de arrendamento	12	39.455	81.420	35.397	12	39.455	81.420	35.397	12	39.455
Salários e encargos sociais	16	25.831	57.936	26.108	16	25.831	57.936	26.108	16	25.831
Tributos a pagar	17	10.587	25.168	10.359	17	10.587	25.168	10.359	17	10.587
Dividendos a pagar	27	—	—	—	27	—	—	—	27	—
Receita diferida	18	288	288	3.576	18	288	288	3.576	18	288
Total do passivo circulante		152.081	301.792	112.251		152.081	301.792	112.251		152.081
Não circulante										
Fornecedores	14	—	—	—	14	—	—	—	14	—
Emprestimos e financiamentos	15	16.667	16.667	—	15	16.667	16.667	—	15	16.667
Debêntures a pagar	19	271.606	271.606	—	19	271.606	271.606	—	19	271.606
Passivo de arrendamento	12	203.711	242.231	234.657	12	203.711	242.231	234.657	12	203.711
Tributos a pagar	17	695	695	—	17	695	695	—	17	695
Receita diferida	18	361	361	5.888	18	361	361	5.888	18	361
Provisão para contingências	20	2.085	3.894	1.293	20	2.085	3.894	1.293	20	2.085
Total do passivo não circulante		495.125	535.454	245.066		495.125	535.454	245.066		495.125
Total do passivo e patrimônio líquido		647.206	837.246	357.317		647.206	837.246	357.317		647.206

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstração do Resultado Abrangente						
Capital social	subscrito	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	2025		2024	
							Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023										
Lucro líquido do exercício		209.563	332	12.358	136.343	45.152	358.596	358.596	45.152	358.596
Destinação do lucro		—	—	—	—	—	—	—	—	—
Constituição de reserva legal (5%)		—	—	2.258	—	(2.258)	—	—	(2.258)	—
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)		—	—	—	32.170	(32.170)	—	—	(10.724)	(10.724)
Em 31 de dezembro de 2024		209.563	332	14.616	168.513	—	393.024	393.024	—	393.024
Distribuição de dividendos (Nota 22)		—	—	—	(56.000)	—	(56.000)	—	—	(56.000)
Incorporação da Hakone (Nota 1)		85.705	—	—	(17.225)	—	68.480	—	—	68.480
Incorporação da Ipalog (Nota 1)		—	—	—	(3.941)	—	—	—	—	(3.941)
Efeito cambial de conversão de investimentos no exterior (Nota 10)		—	—	—	(8.629)	—	(8.629)	—	—	(8.629)
Prejuízo do exercício		—	—	—	(14.514)	—	(14.514)	—	—	(14.514)
Absorção do prejuízo do exercício		—	—	—	—	14.514	—	—	—	14.514
Em 31 de dezembro de 2025		295.268	332	14.616	68.204	—	378.420	378.420	—	378.420

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações gerais – A AGV Logística S.A. e suas controladas (“Companhia”, “AGV” ou “Grupo AGV”) localizada em Vinhedo-SP, é uma Companhia de capital fechado voltada a operação logística, sendo que as atividades preponderantemente desenvolvidas são: (a) a guarda e conservação de mercadorias; (b) a armazenagem geral de mercadorias; (c) a prestação de serviços de logística, consistentes no planejamento e realização de transporte e distribuição das mercadorias sob sua guarda; (d) a prestação de serviços de transporte de mercadorias, inclusive medicamentos de uso veterinário e humano por via terrestre, aérea, ferroviária, marítima e fluvial, por meio de frota própria ou de terceiros, no território nacional ou no exterior; (e) estocagem de produtos farmacêuticos de uso veterinário e humano, inclusive produtos biológicos; (f) a participação em outras empresas como sócia, quotista ou acionista; (g) a prestação de serviços relativo a embalagens promocionais; (h) a locação e sublocação de bens móveis e imóveis; (i) o armazenamento, importação, exportação e comércio de embalagens, gases e insumos diversos; e (j) a industrialização e empacotamento por conta de terceiros.

Reestruturação societária: Como parte do processo de reorganização dos negócios de logística do Grupo Solística, em 29 de junho de 2024, ocorreu a cisão dos investimentos da até então controladora FL Brasil Holding, Logística e Transportes Ltda., onde o acervo líquido da AGV Logística S.A. foi transferido para o controle acionário da CL Brasil Holding Ltda., ambas empresas do mesmo grupo econômico. Não houve alteração no capital social e a nova controladora CL Brasil passou a deter as ações ordinárias e preferenciais da Companhia (Nota 22(a)). Com esta movimentação societária, a Companhia passou, portanto, a ser controlada integralmente pela CL Brasil, que por sua vez, era controlada pela NK362 Empreendimentos e Participações S.A. (“NK362”), que por fim, era controlada pela Hakone Participações Societárias S.A. (“Hakone”). Dando sequência à reestruturação societária iniciada em 2024, em 18 de setembro de 2025, tanto a CL Brasil quanto a sua controladora direta, a NK362, foram incorporadas pela Hakone, com base nos valores de livros contábeis. A partir destas incorporações, a Hakone passou a ser controladora direta da AGV, da 3PL Logística S.A. (“3PL”), da Tetris Logística S.A.S. (“Tetris”), da Ipalog Logística Ltda. (“Ipalog”) e controladora indireta das Operações Nacionais de Mercado Ltda. (“Open Market”). Em 25 de setembro de 2025, a Hakone teve seu patrimônio líquido parcialmente cedido em favor da Hakone II Participações Societárias S.A. (“Hakone II”), que passou a deter o capital social na ordem de R\$ 72.934, equivalente à participação societária na 3PL. Desta forma, a 3PL passou a ser controlada diretamente pela Hakone II, portanto, suas demonstrações financeiras são apresentadas em separado deste conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, já que a Hakone detém a participação societária direta na AGV, na Tetris, na Ipalog e, indiretamente, na Open Market. **Incorporação da Hakone:** Em 26 de setembro de 2025, a AGV incorporou de forma reversa a sua controladora Hakone, promovendo a redistribuição de suas ações ordinárias e preferenciais de forma proporcional às ações anteriormente detidas pelos acionistas da Hakone (Nota 22 (a)). A referida incorporação gerou um incremento patrimonial líquido na Companhia na ordem de R\$29.964, equivalente ao acervo líquido da Hakone, a valor de livros contábeis, deduzido da participação societária mantida na própria AGV. Como consequência desta incorporação reversa, a Companhia passou a ser controladora direta da Ipalog e da Tetris, bem como controladora indireta da Open Market, sendo que essas duas últimas conduzem operações de logística na Colômbia. O acervo líquido contábil da Hakone, de acordo com os valores dos livros contábeis, utilizado também para aumento de capital social na Companhia (Nota 22 (a)), é como segue:

26 de setembro de 2025

Ativo	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	11.125	11.125
Contas a receber	22	22
Tributos a recuperar	5.519	5.519
Partes relacionadas	335.051	335.051
Investimentos	351.717	351.717
Total	68.480	68.480

Passivo

Controladora	Consolidado
Contas a pagar	(7)
Debêntures (Nota 19)	(283.205)
Partes relacionadas	(25)
Total	(283.237)

Acervo líquido incorporado

Controladora	Consolidado
Total	68.480

Incorporação da Ipalog: Em 03 de novembro de 2025, com vistas a simplificar a estrutura societária da Companhia, a AGV procedeu com a incorporação da Ipalog. A referida incorporação foi efetuada com data-base de 31 de outubro de 2025, a valor de livros contábeis. Durante o processo de incorporação, no entanto, a AGV identificou determinados erros nos registros contábeis da Ipalog, procedendo assim com uma revisão ampla das práticas contábeis adotadas pela empresa. Este processo resultou em ajustes de determinados ativos e passivos desta empresa. Os referidos ajustes totalizaram um efeito líquido de R\$3.941 (perda), a qual foi reconhecida em contrapartida à reserva de lucros, no patrimônio líquido da incorporadora quando da incorporação. O acervo líquido contábil negativo da Ipalog da data da incorporação era como segue:

31 de outubro de 2025

Ativo	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	1.815	1.815
Contas a receber	7.384	7.384
Outros créditos	7	7
Imobilizado (Nota 10)	11.901	11.901
Intangível	21.301	21.301
Total	21.301	21.301

Passivo

Controladora	Consolidado
Fornecedores	(688)
Emprestimos e financiamentos (Nota 15)	(6.714)
Obrigações trabalhistas	(1.372)
Outras contas a pagar	(564)
Partes relacionadas	(15.904)
Total	(25.242)

Acervo líquido negativo incorporado

Controladora	Consolidado
Total	(3.941)

Adicionalmente, importante destacar que a participação societária na Ipalog havia sido adquirida pela Hakone simultaneamente à sua incorporação por parte da Companhia. O termo de fechamento desta aquisição pela Hakone foi executado em 2 de julho de 2025, tendo sido registrado um ágio preliminar de R\$37.814 (Notas 10 e 13), apurado com base no patrimônio líquido contábil da Ipalog em 30 de setembro de 2025, demonstrado como segue:

Controladora	Consolidado
Valor atribuído às quotas representativas de 100% do capital social da Ipalog	33.873
Patrimônio líquido contábil negativo da Ipalog em 30 de setembro de 2025	(3.941)
Ágio preliminarmente apurado	37.814

Combinação de negócios entre empresas sob controle comum não tem previsão nas práticas contábeis adotadas no Brasil, no entanto, as transações com a finalidade de reorganização societária, como conduzido pelo Grupo AGV ao longo de 2025, anteriormente descritas, foram reconhecidas pela Companhia, de acordo com o valor histórico de custo. **Contexto operacional das novas controladas da AGV após a conclusão do processo de reestruturação societária:** Tetris: A Tetris é uma sociedade anônima simplificada, constituída sob a lei colombiana, com sede social em Carrera 68B nº 17-25, Bogotá, Colômbia, fundada em 23 de novembro de 2016 e tem duração indeterminada. O objeto social da Empresa é o desenvolvimento de qualquer atividade comercial lícita. A Empresa exerce controle sobre a Open Market desde 28 de dezembro de 2016, após adquirir inicialmente uma participação de 79,99%, que depois foi ampliada para 100% de participação societária. **Open Market:** A Open Market foi constituída em 12 de abril de 1984, e tem por objeto social o transporte público terrestre por via rodoviária, o recebimento, transporte, armazenagem, distribuição, comercialização e movimentação de todos os tipos de mercadorias móveis e intermediação em seu transporte

adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. O Grupo AGV determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirente de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo transativo que juntos contribuem significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos. O processo adquirido é considerado substancial se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input – entrada de recursos adquirido em outputs – saídas de recursos, e os inputs – entradas de recursos adquiridos incluem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs – saída de recursos. Ao adquirir um negócio, o Grupo AGV avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo AGV que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras em 09 de abril de 2026. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da controladora e de apresentação do consolidado é o Real. As controladas Tetris e Open Market, por sua vez, tem como moeda funcional o peso colombiano. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. a) **Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. b) **Empresas do Grupo AGV:** Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e os correspondentes elementos das demonstrações do resultado (receitas, custos e despesas) são convertidos pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa de entidade no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado. **2.2. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **1) Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como sub-

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do www.datamercantil.com.br/publicidade_legal ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

AGV Logística S.A.

ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados em âmbito privado por partes não relacionadas, eles não são elegíveis para aplicação do IFRS 19. **Alterações ao CPC 40 (R1) e CPC 48 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduziram modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte de sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seus pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:** Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de não reconhecimento de ativos e passivos retroativos não são aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não represente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos – Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (como arrendatário):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de beneficiários ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nos negócios da Companhia se um ativo não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de serem exercidos. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. **4. Gestão de risco financeiro – 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia procura gerenciar o risco, com relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartes. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são

regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito. **a) Risco de mercado:** Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros que decorre de empréstimos de longo prazo, quando aplicável. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas. A política de vendas de serviços da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além daquelas que foram provisionadas (Nota 8). **c) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Financeira. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento: Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora Consolidada		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31/12/2025			
Forneceadores	60.666	16.667	–
Empréstimos e financiamentos	15.254	155.892	115.714
Debêntures a pagar	–	–	–
Passivo de arrendamento	39.455	60.681	143.030
Total	115.375	233.240	258.744

	Controladora Consolidada		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31/12/2025			
Forneceadores	121.726	–	–
Empréstimos e financiamentos	15.254	16.667	–
Debêntures a pagar	–	155.892	115.714
Passivo de arrendamento	81.420	76.687	165.544
Total	218.400	249.246	281.258

	Controladora Consolidada		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31/12/2024			
Forneceadores	32.588	3.228	–
Empréstimos e financiamentos	57.683	52.595	263.142
Passivo de arrendamento	90.271	55.823	263.142

4.2. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

	2025		2024	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Hierarquia contábil	Valor contábil	Valor justo contábil	Valor contábil	Valor justo contábil
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	Nível 2 15.883	15.883	38.479	38.479
Contas a receber de clientes (Nota 8)	Nível 2 184.106	184.106	373.610	373.610
Partes relacionadas (Nota 27)	Nível 2 13.303	13.303	13.303	13.303
Outros ativos	Nível 2 8.609	8.609	26.024	26.024
Total	221.901	221.901	451.416	451.416

	2025		2024	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Hierarquia contábil	Valor contábil	Valor justo contábil	Valor contábil	Valor justo contábil
Forneceadores	Nível 2 60.666	60.666	121.726	121.726
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	Nível 2 31.921	31.921	31.921	31.921
Debêntures a pagar (Nota 19)	Nível 2 271.606	271.606	271.606	271.606
Passivo de arrendamento (Nota 12)	Nível 2 243.166	243.166	323.651	323.651
Dividendos a pagar	Nível 2 649	649	649	649
Receita diferida	Nível 2 608.008	608.008	749.553	749.553

	2025		2024	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	15.883	38.479	59.017	–
Custo amortizado	–	–	–	–
Contas a receber de clientes (Nota 8)	184.106	373.610	174.104	–
Partes relacionadas (Nota 27)	13.303	13.303	17.874	–
Outros ativos	8.609	26.024	3.802	–
Total	221.901	451.416	254.797	–

	2025		2024	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Forneceadores	60.666	121.726	35.816	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	31.921	31.921	–	–
Debêntures a pagar (Nota 19)	271.606	271.606	–	–
Passivo de arrendamento (Nota 12)	243.166	323.651	270.054	–
Dividendos a pagar	–	–	4.223	–
Receita diferida	649	649	9.464	–
Outros passivos	–	–	–	–
Total	608.008	749.553	319.557	–

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros – A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

	2025		2024	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Contas a receber de clientes				
Contrapartes com classificação externa de crédito				
A	139.739	297.054	110.928	–
B	31.542	63.960	44.798	–
C	13.003	14.856	18.756	–
Total	184.284	375.870	174.482	–

Risco A – Baixo Risco de Inadimplência Sacados ("clientes") vinculados a contratos que liquidam regularmente os títulos e não apresentam histórico de inadimplência, tratam-se de clientes que tem serviços já performados e estão seguindo o prazo de pagamento para liquidação. **Risco B – Médio Risco de Inadimplência Sacados** vinculados a ocorrências de transportes, sem contratos, apenas com apuração processos internos de ocorrências, não possuem regularidade de pagamento, geralmente são casos pontuais. Em casos de inadimplência, é realizado encontro de contas documentos a pagar futuro ou inicia-se o processo de régua de cobrança. **Risco C – Alto Risco de Inadimplência Sacados** que já foram constituídos em provisão para perdas de crédito esperadas e que terão processos judiciais arrolados para tratativas. A qualidade de crédito para conta corrente e depósitos bancários de curto prazo foram classificados de acordo com o mapeamento das escalas de rating da Fitch. Desta forma, a maior parte destes depósitos se enquadra entre as classificações AAA e A+, onde reflete a menor expectativa de risco de inadimplência.

	2025		2024	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo				
A	–	–	3	–
AA	–	–	44.277	–
AB	–	–	216	–
BB+	–	–	3.699	–
BBB	14.519	37.115	10.311	–
BB	–	–	–	–
F2	1.364	1.364	–	–
Total	15.883	38.479	59.017	–

	2025		2024	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
7. Caixa e equivalentes de caixa				
Recursos em banco e em caixa	1.751	2.198	4.428	–
Aplicações financeiras de curto prazo	–	–	54.589	–
Total	15.883	38.479	59.017	–

Todas as aplicações financeiras da Companhia estão alocadas em operações compromissadas e CDBs de liquidez diária com taxa média de 101% do CDI (97,5% em 2024). Na Colômbia, a Companhia possui aplicações financeiras com liquidez diária, remuneradas à uma taxa média de 8,11% a.a.

	2025		2024	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
8. Contas a receber de clientes				
Contas a receber de clientes	184.284	375.870	174.482	–
Provisão para perdas de crédito esperadas	(178)	(2.260)	(378)	–
Total	184.106	373.610	174.104	–

O prazo médio de recebimento da Companhia é de 78 dias (73 dias em 2024). Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, um cliente representava mais que 10% (12% em 2024) das receitas totais da Companhia. A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2025		2024	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
A vencer	179.364	352.439	167.409	–
Vencidos:				
Até 30 dias	4.488	18.754	5.919	–
De 31 a 60 dias	39	681	183	–
De 61 a 90 dias	181	256	82	–
De 91 a 120 dias	5	51	338	–
De 121 a 180 dias	9	282	149	–
De 181 a 365 dias	44	1.096	143	–
Acima 365 dias	154	2.311	259	–
Total	184.284	375.870	174.482	–

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas são as seguintes:

	2025		2024	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Em 31 de dezembro (saldo inicial)	378	378	1.096	–
Processo de reestruturação societária Trétris (Nota 1)	–	1.217	–	–

	2025		2024	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
11. Imobilizado				
Em 31 de dezembro de 2023				
Saldo inicial	98	47.543	2.557	12.265
Adições (a)	–	2.522	249	3.627
Transferência	–	1.177	–	5
Baixas, líquidas	–	(21)	(34)	(9)
Depreciação	(23)	(7.493)	(401)	(4.350)
Em 31 de dezembro de 2024	75	43.728	2.371	11.538
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	152	88.727	7.781	43.845
Depreciação acumulada	(77)	(44.999)	(5.410)	(32.307)
Saldo contábil, líquido	75	43.728	2.371	11.538
Em 31 de dezembro de 2024				
Saldo inicial	75	43.728	2.371	11.538
Incorporação (Nota 1)	–	4.408	477	1.268
Adições (a)	–	4.055	376	2.876
Transferência	–	914	206	218
Baixas, líquidas	–	(24)	–	(78)
Depreciação	(24)	(7.779)	(419)	(4.499)
Em 31 de dezembro de 2025	51	45.302	3.011	11.323
Em 31 de dezembro de 2025				
Custo	152	99.499	8.980	47.791
Depreciação acumulada	(101)	(54.197)	(5.969)	(36.468)

... continuação

Table with columns for years 2025 and 2024, and sub-columns for Controladora and Consolidado. Rows include 2025, 2026, 2027, 2028 em diante, and Total.

Créditos de PIS/COFINS: A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de arrendamentos na ocorrência de seus pagamentos. Em 31 de dezembro de 2025, o potencial crédito de PIS/COFINS sobre o fluxo de pagamento futuro é de R\$22.493 na controladora (R\$24.980 em 2024).

13. Intangível

Table showing intangible assets with columns for Agio Marca, Relações Contratuais, Acordo de Não Compet., Software, Carteira de Clientes, and Projeto Intangível. Rows include Saldo inicial, Adições, Transferências, Amortização, and Saldo contábil líquido.

(*) Em 2025 a Companhia registrou o encontro de contas entre custo e amortização acumulada de intangíveis totalmente amortizados.

Table showing consolidated intangible assets with columns for Agio Software, Intangíveis, Tetris, Permissão de trânsito, and Projeto Intangível. Rows include Saldo inicial, Reestruturação societária, Incorporação de empresas, Adições, Transferência de investimento, Amortização, Impairment, Conversão de moeda, and Saldo contábil líquido.

(a) Tanto na controladora quanto no consolidado, o projeto se refere a dispêndio com atividades de desenvolvimentos, manutenções ou aprimoramentos de sistemas próprios que tem como objetivo construir ferramentas de integração com os sistemas de nossos clientes, atendendo as necessidades específicas durante o processo rotineiro de suas operações e com prazo de amortização de dois anos. Em 31 de dezembro de 2025, na controladora e no consolidado, a amortização dos ativos intangíveis, no montante de R\$6.778 e R\$8.219, respectivamente (2024 – R\$7.535 na controladora), foi reconhecida no resultado da seguinte forma: (i) Em "Custo dos serviços prestados": R\$1.651 na controladora e no consolidado (2024 – R\$2.678 na controladora) e (ii) Em "Despesas administrativas e comerciais": R\$5.127 (2024 – R\$4.857) na controladora e R\$6.568 no consolidado. Teste de impairment: Em 31 de dezembro de 2025, a controladora efetuou o teste de impairment do agio com o apoio de especialistas, tendo sido a AGV considerada uma única Unidade Geradora de Caixa. Para o referido teste, as seguintes principais premissas foram aplicadas: i) Taxa de desconto (WACC) nominal de 13,99% a.a.; ii) Inflação de longo prazo de 3,8% a.a.; e iii) PIB de 2,7%. Como resultado deste trabalho, a Companhia concluiu que não é necessário qualquer ajuste por impairment em 31 de dezembro de 2025. Se a taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa tivesse sido 1% superior às estimativas da administração (14,99% ao invés de 13,99%), a Companhia ainda não precisaria registrar uma provisão para impairment. No consolidado, foi registrado impairment de R\$14.487 em 31 de dezembro de 2025.

14. Fornecedores

Table showing suppliers with columns for Controladora, Consolidado, and Controladora. Rows include Fornecedores gastos gerais, Fornecedores de transporte – autônomos, Fornecedores de transporte – transportadoras, Fornecedores de imobilizado, Passivo circulante, and Passivo não circulante.

15. Empréstimos e financiamentos (Controladora e consolidado)

Table showing loans and financings with columns for Natureza e indexação, 2025, and 2024. Rows include Banco Itaú S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander S.A., and Total.

Os empréstimos e financiamentos estão classificados no balanço patrimonial como segue:

Table showing classification of loans and financings with columns for Circulante, Não circulante, and Total. Rows include Circulante, Não circulante, and Total.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Table showing movement of loans and financings with columns for 2025 and 2024. Rows include Em 31 de dezembro de 2024, Incorporação de empresas – Ipalog (Nota 1), (+) Captação de novos empréstimos, (-) Pagamento de principal, (-) Pagamento de juros, (+) Variação cambial, (+) Provisão de juros, and Total.

16. Salários e encargos sociais

Table showing salaries and social charges with columns for Controladora, Consolidado, and Controladora. Rows include Provisão para férias, Bônus a pagar, Salários a pagar, INSS a recolher, FGTS a recolher, IRRF a recolher, Seguro desemprego (cesantia) e indenizações a pagar, Outros, and Total.

17. Tributos a pagar

Table showing taxes to be paid with columns for Controladora, Consolidado, and Controladora. Rows include ICMS Parcelamento, COFINS, ICMS, Contribuição Patronal, PIS, ISS, IRPJ, CSLL, Impostos retidos na fonte de fornecedores (*), Outros, and Total.

(*) Refere-se a impostos retidos na fonte de fornecedores. Os tributos a pagar estão classificados no balanço patrimonial como segue:

Table showing classification of taxes with columns for Controladora, Consolidado, and Controladora. Rows include Circulante, Não circulante, and Total.

AGV Logística S.A.

A movimentação das provisões para contingências é como segue:

Table showing movement of provisions for contingencies with columns for Controladora, Consolidado, and Controladora. Rows include Trabalhistas (a), Tributárias e Cíveis, Total, Em 31 de dezembro (saldo inicial), Reestruturação societária (Nota 1), Adição, Reversão de provisão, and Em 31 de dezembro (saldo final).

(a) Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Perdas possíveis não provisionadas: Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante em 31 de dezembro de 2025 de R\$127.772 (R\$95.417 em 2024) na controladora, e R\$51.355 em 2024 na controladora, e R\$95.417 em 2024 na controladora, e R\$51.355 em 2024 na controladora, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os principais processos incluídos neste montante são os seguintes: Processo tributário 10630.72621/2018-94 – União Federal, no valor de R\$49.837 (2024 – R\$46.759), contingência possível, refere-se: terço de férias/demais verbas. Além de haver robusta prova documental de que os créditos fazem referência aos pagamentos classificados como "terço de férias", "15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente", "aviso prévio indenizado" e "retenções na cessão de mão-de-obra", a jurisprudência (i) está pacificada, de forma favorável, em relação à não tributação dos "15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente" e do "aviso prévio indenizado", (ii) está consolidada, de forma favorável, em relação à não tributação do "terço de férias" e (iii) está consolidada, de forma favorável, de que a imposição de retificação das GFIPs para reconhecimento dos créditos é ilegal. Por fim, a compensação dos créditos da retenção previdenciária incidente sobre as notas de prestação de serviços decorre de expressa previsão em lei. Processo tributário 1008626-02.2018.8.26.0053 – SEFAZ SP, valor de R\$27.793 (2024 – R\$26.154), contingência possível, trata-se de Ação Anulatória visando ao cancelamento dos débitos de ICMS objeto do Auto de Infração nº 4.096.830-3. A autuação fiscal visa a cobrança de débitos de ICMS referentes ao período de 2012, 2013 e janeiro/2014, sob o argumento de que a Empresa teria se apropriado indevidamente de créditos do imposto destacado nas notas fiscais de remessa simbólica de produtos emitidas por contribuintes localizados em outras Unidades da Federação. CDA nº 1265142955 AIIIM nº 40968303 em discussão na execução fiscal nº 1500608-23.2019.8.26.0659.

21. Imposto de renda e contribuição social – imposto de renda e contribuição social diferidos

Table showing deferred income and social contribution taxes with columns for Controladora, Consolidado, and Controladora. Rows include Arrendamento mercantil, Provisão para gastos diversos, Provisão para pagamento de fretes, Provisão para bônus, Provisões para contingências, Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, Outros, and Total.

A movimentação líquida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

Table showing movement of deferred taxes with columns for 2025 and 2024. Rows include Em 01 de janeiro, Reestruturação societária – Tetris (Nota 1), Efeito de conversão de moeda (variação cambial), Movimentação de provisões para contingências e diversas, and Total.

Em 31 de dezembro

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização dos respectivos benefícios fiscais por meio do lucro tributável futuro. Os valores estimados de recuperação pelos próximos anos são os seguintes:

Table showing estimated recovery of deferred taxes with columns for Controladora, Consolidado, and Controladora. Rows include 2025, 2026, 2027, 2028 em diante, and Total.

Despesa de imposto de renda e contribuição social: Os tributos sobre o resultado da Companhia diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota nominal de imposto, como segue:

Table showing tax expense with columns for Controladora, Consolidado, and Controladora. Rows include Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social, Crédito (despesa) de imposto de renda e da contribuição social calculado à alíquota nominal (34%), Equivalência patrimonial, Excluídos (adições) permanentes (*), Outros, Despesa de imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social corrente (*), Imposto de renda e contribuição social diferido, and Total.

Alíquota efetiva

(*) Em 2025, em decorrência dos eventos especiais de incorporação de empresas, a Companhia aproui imposto de renda e contribuição social correntes considerando duas diferentes datas de corte, motivo pelo qual houve descolamento da alíquota efetiva de 2025 quando comparada ao resultado acumulado do exercício.

22. Patrimônio líquido (Controladora) – a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025, é de R\$295.268 (R\$209.563 em 2024), dividido em 9.051.524 mil novas ações ordinárias (481.017 mil em 2024) e 1.171 mil (1.171 mil em 2024) ações preferenciais. Em 29 de junho de 2024, ocorreu a cisão parcial da FL Brasil Holding, Logística e Transportes Ltda., onde o acervo líquido da AGV Logística S.A. foi cindido para o controle acionário da CL Brasil Holding Ltda., passando este a ser o novo acionista controlador da Companhia. Ambas as empresas são pertencentes ao mesmo grupo econômico. Em 2025, conforme descrito na Nota 1, a Companhia completou sua reestruturação societária, cujo reflexo foi o aumento de capital no montante de R\$85.705, com emissão de 8.570.507 mil novas ações ordinárias. Com o referido aumento de capital e emissão de novas ações, a distribuição das ações representativas do capital social da Companhia ficou como segue:

Table showing capital structure with columns for Tipo de ação, 2025, and 2024. Rows include Acionista, Ordinárias, Preferenciais, Total, Vinci Capital Partners IV BFI em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, GEF Latam Climate Solutions Fundo de Investimento em Participações, and Total.

f) Resultado por ação (Controladora): Básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações do exercício; já o resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir as ações adicionais que estariam em circulação caso as transações com potencial efeito de diluição tivesse sido emitidas durante o período (Plano de opção de ações). Dessa forma, está sendo apresentado abaixo o lucro líquido básico e diluído, por ação ponderada:

Table showing earnings per share with columns for 2025 and 2024. Rows include Básico Diluído (*), Básico e diluído, and Total.

(*) Em virtude de o plano de opção de ações ter sido aprovado em 12 de novembro de 2025, seu impacto no cálculo médio ponderado de ações em circulação com efeito diluidor em 31 de dezembro de 2025 não foi significativo.

23. Receita líquida dos serviços prestados – A reconciliação desagregada da receita bruta para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

Table showing net revenue with columns for Controladora, Consolidado, and Controladora. Rows include Receita bruta, Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos, and Receita líquida dos serviços prestados.

24. Abertura dos custos e despesas por natureza

Table showing cost and expense breakdown with columns for Controladora, Consolidado, and Controladora. Rows include Receita bruta, Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos, Receita líquida dos serviços prestados, Depreciação e amortização, Despesa com pessoal, Despesa com utilidades, Serviço de terceiros, Despesas processuais, Insumos, Outros, Seguros, and Custo de fretes terceirizados.

continua ...



... continuação

				AGV Logística S.A.		
				2025	2024	
				Controladora	Consolidado	Controladora
				2025	2024	
				Controladora	Consolidado	Controladora
Total				(592.084)	(801.956)	(520.885)
Custo dos serviços prestados	(523.220)	(691.118)	(466.624)			
Despesas gerais e administrativas	(66.720)	(106.066)	(51.028)			
Despesas operacionais	(2.144)	(4.772)	(3.233)			
Total	(592.084)	(801.956)	(520.885)			
25. Outras receitas operacionais, líquidas						
				2025	2024	
				Controladora	Consolidado	Controladora
Resultado da venda de ativo imobilizado	105	105	14			
Recuperação de despesas	278	278	2.247			
Outras receitas operacionais	53	3.773	7.838			
Total	436	4.156	10.099			
26. Resultado financeiro						
				2025	2024	
				Controladora	Consolidado	Controladora
IOF	(1.101)	(1.101)	(486)			
Juros sobre contas a pagar	(3.121)	(3.121)	(2.841)			
Juros sobre arrendamento (Nota 12)	(23.795)	(23.795)	(24.367)			
Juros sobre debêntures (Nota 19)	(11.606)	(11.606)	-			
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	(770)	(770)	-			
Outras despesas financeiras	(1.540)	(4.751)	(2.559)			
Despesas financeiras	(41.933)	(45.144)	(27.953)			
Descontos obtidos	47	57	40			
Juros ativos	1.357	1.648	1.472			
Rendimento de aplicações financeiras, líquido	3.423	3.947	5.805			
Receitas financeiras	4.827	5.652	7.317			

26. Resultado financeiro

27. Transações com partes relacionadas (Controladora e consolidado) – As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: **a) Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

				2025	2024
				Controladora	Consolidado
Salários e outros benefícios de curto prazo				6.156	6.156
Total				6.156	6.156

b) Empréstimos a receber de partes relacionadas

				2025	2024
				Controladora	Consolidado
3PL Brasil Logística S.A.				11.969	11.969
Outros				1.334	1.334
Total				13.303	13.303

Em 23 de março de 2019, a Companhia e a 3PL, celebraram contrato de mútuo, no montante de R\$5.000, com vencimento inicial em 23 de novembro de 2019 e incidência de juros de 0,76% ao mês. As partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31 de dezembro de 2024, conforme 6º aditivo celebrado em 14 de janeiro de 2026. Em 29 de agosto de 2019, a Companhia e a 3PL, celebraram contrato de mútuo, no montante de R\$5.000, com vencimento em 31 de dezembro de 2021 e incidência de juros de 0,76% ao mês. As partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31 de dezembro de 2026, conforme 6º aditivo celebrado em 14 de janeiro de 2026. Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia e a 3PL, celebraram contrato de mútuo, no montante de R\$2.000, com vencimento em 31 de dezembro de 2021 e incidência de juros de 0,76% ao mês. As partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31 de dezembro de 2026, conforme 5º aditivo celebrado em 14 de janeiro de 2026. Em 31 de dezembro de 2025, o montante total a pagar era de R\$ 11.969 (2024 – R\$ 17.874), tendo sido provisionados os juros no montante de R\$ 1.095 (2024 – R\$ 1.094), conforme contrato. As despesas compartilhadas são cobradas mensalmente e possuem vencimento no dia 20 do mês subsequente a sua geração e não possuem incidência de juros. A movimentação com empréstimos a partes relacionadas está demonstrada abaixo:

				2025	2024
				Empréstimos	Cost Sharing
				Total	Total
Em 31 de dezembro de 2023				16.072	16.780
(+) Provisão de juros				1.094	1.094
Em 31 de dezembro de 2024				17.166	17.874
(+) Provisão de juros				1.095	1.095
(-) Recebimento de principal				(7.000)	(7.000)
Em 31 de dezembro de 2025				11.261	11.969

c) Saldos a receber de alienação do investimento

				2025	2024
				Controladora	Consolidado
3PL (a)				272	272
(a) Saldo incluído na rubrica de outros ativos, no ativo circulante.				-	-
Mútuo a receber				272	272

d) Mútuo a receber – Ipalog

Em 31 de dezembro de 2024

(+) Concessão de empréstimos a partes relacionadas

(+) Encontro de contas pela incorporação da Ipalog (Nota 1)

Em 31 de dezembro de 2025

				2025	2024
				Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023				15.904	15.904
(+) Pagamento/Antecipação				28.352	28.352
(+) Constituição				(34.853)	(34.853)
Total				10.724	10.724

e) Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2024

(+) Constituição

(-) Encontro de contas pela incorporação da Hakone (Nota 1)

(-) Pagamento

Em 31 de dezembro de 2025

O saldo de dividendos a pagar por acionista em 31 de dezembro era como segue:

				2025	2024
				Controladora	Consolidado
CL Brasil Holding Ltda.				-	-
Total				4.223	4.223

28. Cobertura de seguros (Consolidado) – A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2025 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas. Os estoques de terceiros em nosso poder são suportados por apólice anual de seguros contratada pela Companhia. Os valores/volumes são apurados anualmente na renovação da apólice. A Companhia também pode operar com o seguro do Cliente, neste caso exige-se o certificado DDR (Dispensa do Direito de Regresso) que comprova a cobertura. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Diretoria	
Maurício Pires Motta	
Matheus Trínca Fernandes	
Contador	
Fabio Soares de Oliveira – CRC nº ISP 254.004/O-5	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **AGV Logística S.A.** – Vinhedo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AGV Logística S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos

de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Avaliação do valor recuperável de ativo (Nota explicativa 13):** Conforme divulgado na nota explicativa 13 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2025, saldo de ativo de R\$161.645 mil, representando 16% e 13% do total do ativo da controladora e do consolidado, respectivamente. Nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia avalia, anualmente, o valor recuperável do ativo para determinar se houve perda no valor recuperável. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos valores envolvidos e a avaliação envolver julgamentos significativos por parte da diretoria da Companhia na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto. **Como nossa auditoria tratou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para avaliar o teste anual de valor recuperável do ativo, incluindo, dentre outros: (i) a avaliação dos critérios utilizados para identificação e mensuração do valor recuperável do ativo; (ii) o envolvimento de especialistas em finanças corporativas para avaliação do modelo de fluxo de caixa descontado e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, especificamente as projeções de taxas de crescimento, taxas de desconto, resultados e margens projetados comparando com informações macroeconômicas, da indústria e relatórios de analistas; (iii) comparação dos orçamentos preparados e aprovados pela Companhia no exercício anterior com seus valores reais, com o objetivo de avaliar a precisão histórica do processo de elaboração dos orçamentos por parte da diretoria; (iv) comparação do valor recuperável apurado pela diretoria, com base nos fluxos de caixa descontados, com o respectivo valor contábil da unidade geradora de caixa, incluindo o valor do ativo; (v) avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no teste de recuperação, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ativo. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste anual de valor recuperável do ativo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Campinas, 9 de abril de 2026.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 027.623/F
Antonio Humberto Barros dos Santos
Contador CRC SP 161.745/O

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL
São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

